



Município de Carmo do Paranaíba
CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800-
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 002 /2019
INEXIGIBILIDADE 003/2019

O Município de Carmo do Paranaíba/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças comunica aos possíveis interessados que está procedendo ao **CHAMAMENTO PÚBLICO**, para fins de **credenciamento de bancos, instituições financeiras, correios, lotéricas e correspondentes Bancários para prestação de serviços destinados ao recebimento e tratamento de documentos de arrecadação do Município**, conforme prevê a Lei Municipal 1.093/97 e a Lei Federal 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

Os serviços a serem prestados deverão estar devidamente adequados ao padrão FEBRABAN e Normas do Banco Central do Brasil, através das agências localizadas em todo o Território Nacional.

A presente prestação de serviços será disciplinada por este edital, pelo Termo de Referência, e demais anexos em conformidade com a legislação em vigor e alterações posteriores.

Os DOCUMENTOS deverão ser entregues durante a vigência deste Chamamento, que será até **12 (doze) meses a partir da publicação do edital**, na Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba no Setor de Compras e Licitações, localizado na Praça Misael Luiz de Carvalho, nº 84, Centro, Carmo do Paranaíba – MG.

1- OBJETIVO

1.1 - O presente Chamamento Público tem como objetivo o **CREDENCIAMENTO DE BANCOS, INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, CORREIOS, LOTÉRICAS E CORRESPONDENTES BANCÁRIOS APTOS A PRESTAR SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, TAIS COMO: IPTU, ISSQN, ISS FIXO, DÍVIDA ATIVA E TAXAS DIVERSAS COM CÓDIGO DE BARRAS, EMITIDAS PELO MUNICÍPIO EM SEU FAVOR, POR QUALQUER MODALIDADE PELA QUAL SE PROCESSE O PAGAMENTO**, conforme prevê a Lei Municipal 1.093/97 e a Lei Federal 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

2- CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO



Município de Carmo do Paranaíba
CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800-
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

2.1. O presente chamamento **terá vigência de 12 (doze) meses**, tendo início a partir da publicação deste edital, podendo, a critério da Administração Municipal e observada a conveniência e oportunidade, ser prorrogado por períodos sucessivos, limitado a 60 (Sessenta) meses, na forma do inciso II, art. 57, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, mediante justificativa da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

2.2- Poderão ser credenciadas para prestar os serviços, as pessoas jurídicas, desde que legalmente constituídas no país, operando nos termos da legislação vigente, cuja finalidade e ramo de atuação permitam o recebimento de tributos, tais quais informados no objeto deste edital.

2.3- Poderão ser credenciados as pessoas jurídicas que aceitem como pagamento pela execução dos serviços, o valor de **R\$ 2,73 (dois reais e setenta e três centavos)** por guia recebida, conforme informado no **Anexo I - Termo de Referência**, e desde que atendam aos requisitos fixados neste edital.

2.4- A participação neste Chamamento implica a aceitação plena e irrevogável das normas constantes neste instrumento.

2.5- Não poderão participar do presente chamamento pessoas jurídicas que:

- Estejam suspensas de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Carmo do Paranaíba/MG;
- que se encontrar sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionam no país; ressalvada a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/93 (TCU, Ac.8.271/2011-2a Cam., DOU de 04/10/2011);
- que tenham sido declarada inidônea e/ou punida com suspensão para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, conforme art. 87, IV, da Lei nº 8.666/93;
- estejam enquadrada nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93;
- estejam em consórcio¹;

¹ **NOTA EXPLICATIVA:** Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; considerando que os serviços a serem prestados é comum à qualquer instituição bancária/



Município de Carmo do Paranaíba
CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800-
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

2.6 As situações não previstas neste Edital, inclusive aquelas decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, serão analisadas e solucionadas pela Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba, visando sempre o disposto na legislação para o caso.

3 - DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

3.1. Os interessados no credenciamento, deverão apresentar os documentos relacionados no item 5 deste edital, na Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba – Praça Misael Luiz de Carvalho, 84, Centro, – **Setor de Compras e Licitações**, Carmo do Paranaíba – MG, durante a vigência do Chamamento, conforme estabelecido no item 2.1 deste edital, em cópias previamente autenticadas, em nome do solicitante do credenciamento, em envelope opaco, lacrado e inviolável, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA

CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO N.º 002/2019

NOME DO INTERESSADO: (citar o nome completo)

ENVELOPE N.º 01: "DOCUMENTAÇÃO"

3.2. Admitir-se-á a remessa do envelope por via postal ou qualquer outro sistema de entrega, desde que entregues na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças/Setor de Compras e Licitações, dentro do prazo de vigência deste chamamento.

3.2.1. Nessa hipótese, o envelope, fechado, deverá ser remetido para o seguinte endereço:

MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
(SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES)

CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO N.º 002/2019

PRAÇA MISAEL LUIZ DE CARVALHO, 84, BAIRRO CENTRO

CEP: 38.840-000 / CARMO DO PARANAÍBA - MG

3.2.2. O Município de Carmo do Paranaíba, não se responsabilizará se a documentação encaminhada por via postal ou qualquer outro sistema de entrega, não forem entregues ao

financeira, considerando que existem no mercado diversas instituições com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital; e considerando que a admissão do consórcio no presente chamamento poderá ocasionar dificuldades de gestão dos serviços, entende-se que é conveniente a vedação de participação de instituições em "consórcio" no Chamamento 02/2019.



Município de Carmo do Paranaíba
CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800-
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

Setor de Compras e Licitações, sendo que esta responsabilidade será por conta e risco exclusivo da remetente.

3.3. As informações prestadas, assim como a documentação entregue, são de inteira responsabilidade do interessado, cabendo-lhe certificar-se, antes da sua inscrição, de que atende a todos os requisitos para participar do credenciamento.

3.4. A apresentação da documentação implica manifestação do processo de credenciamento com o Município de Carmo do Paranaíba, aceitação e submissão, independentemente de declaração expressa, a todas as normas e condições estabelecidas no presente Edital e em seus anexos.

4 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

4.1. A qualquer tempo, desde que provocado formalmente, o Município de Carmo do Paranaíba prestará os devidos esclarecimentos acerca do conteúdo do presente Edital de Chamamento.

5- DOCUMENTAÇÃO

5.1. Para fins de habilitação para o presente Chamamento, as empresas deverão apresentar a seguinte documentação:

5.1.1 Ficha de Solicitação de Credenciamento - **Anexo VI**

5.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor², devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores. No caso de alterações, será admitido o estatuto ou o contrato consolidado.

5.1.3 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**), expedida no máximo 90 (noventa) dias antes da data de entrega da documentação;

5.1.4 Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** a qual deverá abranger quaisquer tributos municipais. Em caso de divisão da fiscalização tributária deverão ser apresentadas certidões relativas aos tributos mobiliários e imobiliários, em vigor;

5.1.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor.

² **NOTA EXPLICATIVA:** Se as alterações, em sua totalidade, tiverem sido consolidadas num só documento, devidamente registrado na Junta Comercial, bastará à apresentação do contrato social consolidado, documento que consubstancia a consolidação de todas as alterações realizadas. Do contrário, o licitante deverá apresentar a versão original (contrato de constituição da empresa) acompanhada das alterações promovidas e registradas no órgão competente.



Município de Carmo do Paranaíba
CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800-
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

5.1.6 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado, em vigor;

5.1.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, em vigor;

5.1.8 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, emitida pela Caixa Econômica Federal, em vigor;

5.1.9 Certidão negativa de falência expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes.

5.1.10 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (**2018**), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou outro indicador que o venha substituir.

5.1.10.1 Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo contador.

5.1.10.2 As empresas com menos de um exercício financeiro deverão apresentar Balanço de Abertura ou o Balanço Patrimonial provisório do mês anterior à abertura da licitação.

5.1.10.3 Serão aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- ✓ publicados em Diário Oficial; ou
- ✓ publicados em Jornal; ou
- ✓ por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou no órgão de registro equivalente; ou
- ✓ por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento; ou



Município de Carmo do Paranaíba
CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800-
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

✓ por cópia ou fotocópia do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) acompanhado do recibo de entrega do livro digital e termo de autenticação da Junta Comercial.

5.1.10.4 Os documentos relativos ao item 5.1.10, deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da empresa licitante e do seu contador, ou mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC - são indispensáveis.

5.1.11 Declaração de que não se encontra inidôneo para licitar com órgão da Administração Pública Federal, Distrital, Municipal e que inexistente fato superveniente impeditivo de sua habilitação, conforme modelo **Anexo II**.

5.1.12 Declaração em papel timbrado assinado por representante legal, de que não possui em seu quadro de empregados com menos de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da CF/88 (**Anexo III**).

5.1.13 Declaração de inexistência de servidor público municipal nos quadros diretivos da empresa (**Anexo IV**).

5.1.14 Declaração de que se propõe a prestar os serviços na área de cobrança de tributos e demais receitas públicas do Município de Carmo do Paranaíba/MG, concordando com as normas e valor pré-estabelecidos. (**Anexo V**).

5.1.15 Indicação de um funcionário, com informação do cargo, CPF, RG, endereço, etc, que será o responsável pelo gerenciamento do contrato junto a Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba.

5.1.16 Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa interessada no credenciamento, executa(ou) satisfatoriamente os serviços constantes neste edital, observando-se que tal (is) atestado(s) não seja(m) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações:

- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- Nome da empresa que executou o serviço ao emitente;
- Data de emissão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente)



Município de Carmo do Paranaíba
CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800-
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

5.2 Não serão aceitos documentos apresentados através de e-mail.

5.3 Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente edital.

5.4 Todos os documentos deverão ser apresentados em originais ou em cópias autenticadas. **O licitante que pretender autenticação de documentos via Comissão de Licitação, poderá procurar o setor de compras e licitações do Município de Carmo do Paranaíba.**

5.5 Os documentos expedidos via *Internet* poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica. Entretanto, estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade através de consulta ao site do órgão responsável pela emissão.

5.6 As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos antes da data do recebimento da documentação.

6. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

6.1. Os documentos apresentados pelos interessados, conforme solicitados no item 5 deste edital, serão apreciados pelo Município de Carmo do Paranaíba.

6.2. Não será considerada a documentação que contrarie os requisitos expressos neste Edital e em seus Anexos ou que esteja em desacordo com as formalidades neles prescritas.

6.3. Os interessados que atenderem as exigências habilitatórias serão automaticamente credenciados, sendo emitido documento hábil pela autoridade superior comprovando seu credenciamento, e firmarão contrato com o Município de Carmo do Paranaíba, através de processo administrativo específico para esse fim.

7. DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

7.1. A Administração poderá revogar o presente Chamamento por interesse público devidamente justificado, sem que caiba ao participante direito a indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei.

7.2. A Administração deverá anular, de ofício ou por provocação, o presente Chamamento, no todo ou em parte, sempre que ocorrer ilegalidade, na forma da Lei.

7.2.1. A anulação do procedimento não gera direito à indenização, salvo nos casos legais.



Município de Carmo do Paranaíba
CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800-
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

7.3. Ocorrendo anulação ou revogação do Chamamento, a Autoridade Superior intimará as empresas devidamente credenciadas por meio de comunicado oficial e publicação no Diário Oficial, contando-se, a partir daí, o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso dirigido à Autoridade Superior.

7.4. Durante o prazo previsto para interposição dos recursos, o Município de Carmo do Paranaíba, abrirá vista de todo o processo aos interessados, nas dependências do Setor de Compras e Licitações.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DO DESCREDENCIAMENTO

8.1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

8.2. As sanções serão aplicadas com observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

8.3. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação do Contratado de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros.

8.4. Pelo descumprimento de outras obrigações assumidas, considerada a gravidade da transgressão, serão aplicadas as sanções previstas no artigo 87 da Lei 8.666, de 1993, a saber:

- a) advertência, formalizada por escrito;
- b) multa, nos casos previstos neste Edital;
- c) suspensão temporária para licitar e impedimento para contratar com o Município de Carmo do Paranaíba;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, nos termos da lei.

9. DOS PREÇOS, REAJUSTE E FORMA DE PAGAMENTO

9.1. O Credenciado receberá pela execução dos serviços, a importância fixa de R\$ 2,73 (dois reais e setenta e três centavos), por guia recebida e disponibilizada à Contratante, conforme disposto no padrão FEBRABAN para transferência de dados.



Município de Carmo do Paranaíba
CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800-
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

9.2. O valor inicialmente contratado será corrigido anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que vier a substituí-lo, ou de acordo com a legislação em vigor, anualmente ou pela menor periodicidade que ela autorizar.

9.3. Pela prestação dos serviços de arrecadação, objeto deste contrato, o município efetuará pagamento único e mensal a CONTRATADA, no último dia útil de cada mês, da seguinte forma:

- Contratada com conta corrente da CONTRATANTE: débito em conta corrente;
- Contratada sem conta corrente da CONTRATANTE: depósito em conta corrente da Contratada.

9.4. Fica vedado qualquer dedução do produto arrecadado, a título de pagamento, reembolso, ressarcimento e/ou dispêndio de qualquer natureza.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. É facultado ao Município de Carmo do Paranaíba ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do credenciamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar suas decisões.

10.2. Na contagem dos prazos previstos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, conforme o disposto no art. 110 da Lei nº. 8.666/93.

10.3. Fica eleito o foro da Comarca de Carmo do Paranaíba - MG para dirimir quaisquer conflitos provenientes deste Credenciamento, por mais privilegiado que possa ser qualquer outro.

10.4. Fazem parte deste Edital os anexos elencados abaixo:

- Anexo I** – Projeto Básico/Termo de Referência;
- Anexo II** – Declaração de idoneidade para licitar e contratar;
- Anexo III** - Declaração de Cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da CF/88;
- Anexo IV** – Declaração de inexistência de servidor público municipal nos quadros diretivos da empresa.
- Anexo V** - Declaração de que se propõe a prestar os serviços na área de cobrança de tributos e demais receitas públicas do Município de Carmo do Paranaíba/MG;



Município de Carmo do Paranaíba
CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800-
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

- f) **Anexo VI** – Ficha de Solicitação de Credenciamento.
- g) **Anexo VII**- Minuta de Contrato

Carmo do Paranaíba, 26 de junho de 2019.

Simeire silva Moreira cunha

Presidente da Comissão Permanente de Licitação



Município de Carmo do Paranaíba
CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800-
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2019
INEXIGIBILIDADE 003/2019

1. DO OBJETO

Constitui objeto deste chamamento público a prestação de serviços destinada ao recebimento de documentos de arrecadação da CONTRATANTE, através da rede de atendimento da CONTRATADA.

Parágrafo primeiro. A CONTRATANTE autoriza o CONTRATADO a receber contas, tributos e demais receitas devidas, adequadas ao padrão FEBRABAN de arrecadação, com prestação de contas exclusivamente em meio eletrônico, no(s) canal(is) de atendimento identificado(s):

- I. Caixas;
 - II. Internet;
 - III. Terminais de Autoatendimento;
 - IV. Correspondentes Bancários;
 - V. Banco Postal.
- Para o recebimento realizado no canal Internet, fica a CONTRATANTE obrigada a aceitar como comprovante de pagamento o lançamento de débito no extrato de conta corrente do cliente/usuário ou recibo próprio emitido pelo canal;
 - Para o recebimento realizado no canal Autoatendimento, fica a CONTRATANTE obrigada a aceitar como comprovante de pagamento o lançamento de débito no extrato de conta corrente do cliente/usuário ou recibo próprio emitido pelo canal, em papel termosensível;
 - Para os recebimentos realizados na Rede Lotérica, fica a CONTRATANTE obrigada a aceitar como comprovante de pagamento o recibo emitido pelo terminal do atendente;
 - Para os recebimentos realizados nos Correspondentes Bancários, fica a CONTRATANTE obrigada a aceitar como comprovante de pagamento o recibo emitido pelo terminal do atendente, em papel termosensível;



Município de Carmo do Paranaíba
CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800-
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

- I. Para os recebimentos realizados no canal Correspondente Bancário não há guarda nem entrega à CONTRATANTE, do documento físico arrecadado;
- II. Os Correspondentes Bancários estão autorizados a receber documentos somente em espécie ou com utilização de cartão de débito em conta.

2. DA JUSTIFICATIVA

Otimizar a arrecadação municipal, visando à facilitação do processo de arrecadação, notadamente quanto às ações que possam contribuir para a diminuição da taxa de inadimplência dos contribuintes e assim aumentar a receita própria deste município.

3. DO PAGAMENTO

A CONTRATADA receberá, pela prestação dos serviços, a importância fixa de **R\$ 2,73** (dois reais e setenta e três centavos) por guia recebida e disponibilizada à CONTRATANTE, conforme disposto no padrão FEBRABAN para transferência de dados.

- O valor inicialmente contratado será corrigido anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que vier a substituí-lo, ou de acordo com a legislação em vigor, anualmente ou pela menor periodicidade que ela autorizar;
- Pela prestação dos serviços de arrecadação, objeto deste contrato, o município efetuará pagamento único e mensal a CONTRATADA, no último dia útil de cada mês, da seguinte forma:
 - Contratada com conta corrente da CONTRATANTE: débito em conta corrente;
 - Contratada sem conta corrente da CONTRATANTE: depósito em conta corrente da CONTRATADA.
- Fica vedado qualquer dedução do produto arrecadado, a título de pagamento, reembolso, ressarcimento e/ou dispêndio de qualquer natureza.

4. DAS OBRIGAÇÕES

4.1 A CONTRATADA se obriga a:

- a. Prestar o serviço conforme designado neste instrumento;



Município de Carmo do Paranaíba
CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800-
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

- b. Emitir comprovante de pagamento ao cliente/usuário, no ato da quitação do documento de arrecadação da CONTRATANTE, nos padrões estabelecidos para cada canal de atendimento;
- c. Colocar a disposição da CONTRATANTE os arquivos contendo os registros do movimento arrecadado no 1º dia útil após a arrecadação, por meio de transmissão eletrônica, padrão FEBRABAN, estando a CONTRATADA isenta da entrega dos documentos físicos;
- d. Informar diariamente o valor a ser creditado no dia por meio eletrônico;
- e. Em caso de inconsistência no arquivo apontada pelo CONTRATANTE no meio eletrônico, a CONTRATADA deve manifestar-se no prazo de 48 horas, após o comunicado de inconsistência;
- f. Cumprir rigorosamente as exigências da legislação tributária, fiscal, trabalhista, previdenciária, de seguro, higiene e segurança do trabalho, assumindo todos os encargos inerentes e respondendo integralmente pelo ônus resultantes das infrações cometidas;
- g. Apresentar ao CONTRATANTE, sempre que este solicitar, as provas de regularidade de FGTS, INSS e MUNICIPAL atualizadas, comprovando estar em dia perante o Cadastro dos Fornecedores do Município;
- h. Responder por toda e qualquer diferença, a que der causa apurada em prejuízo do Município, ficando obrigado a recolher aos cofres públicos, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a referida importância, independente de notificação judicial ou extrajudicial;
- i. Receber as guias dos tributos cujos vencimentos recaírem em dias que não houver expediente bancário, no primeiro dia útil subsequente, sem cobrança de quaisquer acréscimos na guia do contribuinte;
- j. Fornecer relatório contendo quantitativo de guias recebidas e disponibilizadas a CONTRATANTE para fins das providências contidas na Cláusula Segunda deste contrato;
- k. Transferir as receitas arrecadadas no prazo máximo de 2 (dois) dias, contados do dia da arrecadação, para conta corrente de banco oficial a ser indicado pelo Município de Carmo do Paranaíba.



Município de Carmo do Paranaíba
CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800-
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

Na caracterização de diferença nos registros do movimento arrecadado, caberá a CONTRATANTE o envio de cópia que originou a diferença, para verificação pela CONTRATADA e regularização se couber no prazo de 60 dias contados a partir da data da notificação.

Decorridos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da data da prestação de contas da arrecadação, a CONTRATADA ficará desobrigada de prestar qualquer informação a respeito dos recolhimentos efetuados e de seus respectivos valores.

A CONTRATADA não está autorizada a receber cheques de emissão do próprio cliente/usuário ou de terceiros, para quitação dos documentos objeto deste contrato.

4.2 A CONTRATANTE se obriga a:

- a. Providenciar a emissão e a remessa dos documentos de arrecadação aos clientes/usuários, podendo caso entenda necessário utilizar dos serviços da CONTRATADA para tal finalidade;
- b. Padronizar em um único formulário todas as suas contas, tributos e demais receitas, para emissão dos documentos de arrecadação, permitindo, assim, a automação por parte a CONTRATADA, devendo comunicar sempre que haja qualquer alteração no seu formulário padrão de arrecadação;
- c. Não utilizar o Documento de Crédito - DOC e/ou Bloqueto de Cobrança como documento de arrecadação, com trânsito pelo Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis;
- d. Emitir documentos de arrecadação com datas de vencimento distribuídas durante o mês, evitando, assim, grande fluxo de clientes/usuários nos recintos autorizados para recebimento;
- e. Notificar à CONTRATADA, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento das informações, acerca de possíveis irregularidades apontadas nos arquivos de prestação de contas disponibilizados pela CONTRATADA;
- f. Fornecer à CONTRATADA o número da conta junto à instituição financeira designada neste instrumento para centralização dos recursos



Município de Carmo do Paranaíba
CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800-
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

- A CONTRATANTE é responsável pelas declarações, cálculos, valores, multas, juros, correção monetária e outros elementos consignados nos documentos de arrecadação, devendo a CONTRATADA, tão somente, recusar o recebimento quando:
 - a. O documento de arrecadação for impróprio;
 - b. O documento de arrecadação contiver emendas, rasuras e/ou quaisquer impeditivos para leitura do código de barras, exceto com autorização expressa da CONTRATANTE.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta da dotação orçamentária abaixo relacionada, do Orçamento Geral do Orçamento Geral do Município, para o exercício de 2019 e, nos exercícios seguintes se for o caso, as despesas correrão a conta das dotações orçamentárias próprias, para atender as despesas da mesma natureza:

- 02.02.04.129.0403.2.0013.3.3.90.39.00 - Administração de Receitas, fonte ordinária.

6. DA EXECUÇÃO

O total do produto da arrecadação diária será lançado em "Conta de Arrecadação", conforme COSIF/BACEN, sendo repassado no 2º dia útil após a data do recebimento.

- O repasse do total arrecadado será efetuado através de crédito em conta de livre movimentação da CONTRATANTE, de nº 00000001-3, Agência 1900 da Caixa Econômica Federal, de acordo com o prazo estabelecido no *caput* desta Cláusula até o dia do efetivo repasse;
- Os valores referentes aos repasses não efetuados no prazo contratado estão sujeitos a correção com base na variação da Taxa Referencial de Títulos Federais do dia útil seguinte ao previsto no *caput* desta Cláusula até o dia do efetivo repasse.

7. DAS ALTERAÇÕES

Qualquer alteração na sistemática de prestação dos serviços ajustados neste Contrato dependerá de prévia concordância entre as partes, sendo realizada através de aditivo.



Município de Carmo do Paranaíba
CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800-
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

8. DA VIGÊNCIA

O presente chamamento terá vigência de **12 (doze)** meses a contar da data da publicação do edital, podendo a critério da Administração Municipal e observada a conveniência e oportunidade, ser prorrogado por períodos sucessivos, limitado a 60 (sessenta) meses, na forma do inciso II, art. 57, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, mediante justificativa da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Os interessados que atenderem as exigências habilitadoras serão automaticamente credenciadas, sendo emitido documento hábil pela autoridade superior comprovando seu credenciamento e firmarão contrato com o Município de Carmo do Paranaíba, através do processo administrativo específico para esse fim.

9. DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer momento, por conveniência administrativa ou por iniciativa da CONTRATADA, desde que comunicado por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

10. DA CESSÃO

A CONTRATADA não poderá transferir ou ceder o objeto contratado, neste instrumento, a terceiros, salvo consentimento expreso da CONTRATANTE.

11. DA FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE deverá exercer ampla fiscalização sobre os serviços contratados, por intermédio de prepostos seus, aos quais a CONTRATADA deverá facilitar o exercício de suas funções. **A gestão do contrato será realizada pelo servidor Henrique Almeida Souza, matrícula 4931. A fiscalização do contrato/serviços será realizada pela servidora Daiana Fernandes Mesquita, matrícula 3509.**

Carmo do Paranaíba, 25 de junho de 2019.

DAIANA FERNANDES MESQUITA

Chefe de Divisão de Administração e Planejamento



Município de Carmo do Paranaíba
CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800-
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

ANEXO II – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº002/2019 INEXIGIBILIDADE 003/2019

IDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR

(Nome da Empresa) _____, (CNPJ) _____,
sediada no(a) _____
(endereço completo), por seu representante legal, Sr. _____
Identidade _____ CPF _____ declara, sob as
penas da lei, que não se encontra cumprindo pena de inidoneidade para licitar e contratar
com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas Federal, Estadual e Municipal,
inclusive no Distrito Federal, conforme art. 97 da Lei nº. 8.666/93.

Local e Data: _____

Assinatura do representante legal

OBSERVAÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA EM PAPEL QUE IDENTIFIQUE A EMPRESA, E ASSINADA PELO SEU REPRESENTANTE LEGAL OU MANDATÁRIO.



Município de Carmo do Paranaíba
CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800-
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2019

INEXIGIBILIDADE 003/2019

(nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º. _____ DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666/93, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Local e Data: _____

Assinatura do representante legal

OBSERVAÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA EM PAPEL QUE IDENTIFIQUE A EMPRESA, E ASSINADA PELO SEU REPRESENTANTE LEGAL OU MANDATÁRIO.



Município de Carmo do Paranaíba
CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800-
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOS
QUADROS DIRETIVOS DA EMPRESA

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2019 INEXIGIBILIDADE 003/2019

(Nome da Empresa) _____,
(CNPJ) _____, sediada _____ no(a) _____
_____ (endereço completo), por seu representante
legal, Sr. _____ Identidade _____ CPF
_____, DECLARA, que **não** possui em seu quadro societário/ diretivo,
servidor público municipal.

Local e Data: _____

Assinatura do representante legal

OBSERVAÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA EM PAPEL QUE IDENTIFIQUE A
EMPRESA, E ASSINADA PELO SEU REPRESENTANTE LEGAL OU MANDATÁRIO.



Município de Carmo do Paranaíba
CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800-
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2019 INEXIGIBILIDADE 003/2019

A empresa....., situada na Rua, cidade...., estado... , inscrita no CNPJ sob o nº, por seu representante legal SR....., portador da cédula de identidade nº.....declara que concorda em prestar os serviços conforme normas estabelecidas no Edital de Chamamento Público nº ____/2019 e Minuta de Contrato com valor pré-estabelecido de R\$ 2,73 (dois reais e setenta e três centavos) por guia recebida, para a execução de cobrança de tributos municipais e demais receitas públicas do Município de Carmo do Paranaíba e respectiva prestação de contas, por meio magnético, padrão FEBRABAN.

Local e Data: _____

Assinatura do representante legal



Município de Carmo do Paranaíba
CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800-
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

ANEXO VI

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2019 INEXIGIBILIDADE 003/2019

FICHA DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

Objeto: CREDENCIAMENTO DE BANCOS, INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, CORREIOS, LOTÉRICAS E CORRESPONDENTES BANCÁRIOS APTOS A PRESTAR SERVIÇOS DE ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, TAIS COMO: IPTU, ISSQN, ISS FIXO, DÍVIDA ATIVA E TAXAS DIVERSAS COM CÓDIGO DE BARRAS, EMITIDAS PELO MUNICÍPIO EM SEU FAVOR, POR QUALQUER MODALIDADE PELA QUAL SE PROCESSE O PAGAMENTO.

Representante legal:

CPF:

RG:

SOLICITA O CREDENCIAMENTO DA EMPRESA:

Razão Social:

Nome Fantasia:

CNPJ:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Estado:

CEP:

E-mail:

Telefone (s): ()

Fax: ()

OPTANTE PELO SIMPLES: () SIM () NÃO

Carmo do Paranaíba, _____ de _____ 2019.

Assinatura do representante legal



Município de Carmo do Paranaíba
CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800-
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

ANEXO VII

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2019 INEXIGIBILIDADE 003/2019

MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO PARA CREDENCIAMENTO DE BANCOS, INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, CORREIOS, LOTÉRICAS E CORRESPONDENTES BANCÁRIOS APTOS A PRESTAR SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, TAIS COMO: IPTU, ISSQN, ISS FIXO, DÍVIDA ATIVA E TAXAS DIVERSAS COM CÓDIGO DE BARRAS, EMITIDAS PELO MUNICÍPIO EM SEU FAVOR, POR QUALQUER MODALIDADE PELA QUAL SE PROCESSE O PAGAMENTO, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA E A EMPRESA

Aos ...dias do mês de do ano de 2019, sede da Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba, situada a Praça Misael Luiz de Carvalho, nº 84, Centro, nesta cidade, compareceram de um lado, o Prefeito Municipal Sr. **CÉSAR CAETANO DE ALMEIDA FILHO**, no uso das atribuições que o permitem representar o Município de Carmo do Paranaíba, CNPJ n.º 18.602.029/0001-09, e doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado a Empresa/Licitante, CNPJ/ CPF nº, estabelecida na cidade de na , que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representado pelo Sr, CPF nº, nacionalidade, portador da Carteira de Identidade nº, órgão expedidor, daqui por diante, denominada simplesmente **CONTRATADA** e tem entre si, justo e contratado e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com a minuta examinada pela Advocacia Geral do Município, atendendo ao disposto no Parágrafo Único do artigo 38, da Lei nº 8.666, de 21/Junho/1993, em conformidade com o constante do Processo de Chamamento Público 002/2019, o presente CONTRATO, que reger-se-á pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21/Junho/1993 e alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE BANCOS, INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, CORREIOS, LOTÉRICAS E CORRESPONDENTES BANCÁRIOS APTOS**



Município de Carmo do Paranaíba
CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800-
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

A PRESTAR SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, TAIS COMO: IPTU, ISSQN, ISS FIXO, DÍVIDA ATIVA E TAXAS DIVERSAS COM CÓDIGO DE BARRAS, EMITIDAS PELO MUNICÍPIO EM SEU FAVOR, POR QUALQUER MODALIDADE PELA QUAL SE PROCESSE O PAGAMENTO.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATANTE autoriza o CONTRATADO a receber contas, tributos e demais receitas devidas, adequadas ao padrão FEBRABAN de arrecadação, com prestação de contas exclusivamente em meio magnético, no(s) canal(is) de atendimento identificado(s):

- I – Caixas;
- II – Internet;
- III – Terminais de Auto-atendimento;
- IV – Correspondentes Bancários.
- V- Banco Postal

Parágrafo Segundo: Para o recebimento realizado no canal Internet, fica a CONTRATANTE obrigada a aceitar como comprovante de pagamento o lançamento de débito no extrato de conta corrente do cliente/usuário ou recibo próprio emitido pelo canal.

Parágrafo Terceiro: Para o recebimento realizado no canal Auto-atendimento, fica a CONTRATANTE obrigada a aceitar como comprovante de pagamento o lançamento de débito no extrato de conta corrente do cliente/usuário ou recibo próprio emitido pelo canal, em papel termossensível.

Parágrafo Quarto: Para os recebimentos realizados na Rede Lotérica, fica a CONTRATANTE obrigada a aceitar como comprovante de pagamento o recibo emitido pelo terminal do atendente.

Parágrafo Quinto: Para os recebimentos realizados nos Correspondentes Bancários, fica a CONTRATANTE obrigada a aceitar como comprovante de pagamento o recibo emitido pelo terminal do atendente, em papel termossensível.

I – Para os recebimentos realizados no canal Correspondente Bancário não há guarda nem entrega à CONTRATANTE, do documento físico arrecadado.

II – Os Correspondentes Bancários estão autorizados a receber documentos somente em espécie ou com utilização de cartão de débito em conta.



Município de Carmo do Paranaíba
CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800-
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

Parágrafo Sexto: Os serviços deverão ser executados em estrita obediência ao presente Contrato, devendo ser observadas integral e rigorosamente as especificações fornecidas pela **CONTRATANTE**, bem como todas as disposições contidas no edital de **CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2019** e anexos, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

O Credenciado receberá pela execução dos serviços, a importância fixa de R\$ 2,73 (Dois reais e setenta e três centavos), por guia recebida e disponibilizada à Contratante, conforme disposto no padrão FEBRABAN para transferência de dados.

PARÁGRAFO ÚNICO - O valor inicialmente contratado, será corrigido anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que vier a substituí-lo, ou de acordo com a legislação em vigor, anualmente ou pela menor periodicidade que ela autorizar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

Pela prestação dos serviços de arrecadação, objeto deste contrato, o município efetuará pagamento único e mensal a CONTRATADA, no último dia útil de cada mês, da seguinte forma:

- Contratada com conta corrente da CONTRATANTE: débito em conta corrente;
- Contratada sem conta corrente da CONTRATANTE: depósito em conta corrente da Contratada.

PARÁGRAFO ÚNICO Fica vedado qualquer dedução do produto arrecadado, a título de pagamento, reembolso, ressarcimento e/ou dispêndio de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) prestar o serviço conforme especificado neste contrato, edital e Termo de Referência, independente de transcrição;



Município de Carmo do Paranaíba
CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800-
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

- b) emitir comprovante de pagamento ao cliente/usuário, no ato da quitação do documento de arrecadação da CONTRATANTE, nos padrões estabelecidos para cada canal de atendimento;
- c) colocar à disposição da CONTRATANTE os arquivos contendo os registros do movimento arrecadado no 1º dia útil após a arrecadação, por meio de transmissão eletrônica, padrão FEBRABAN, estando a CONTRATADA isenta da entrega dos documentos físicos;
- d) informar diariamente o valor a ser creditado no dia por meio magnético,
- e) em caso de inconsistência no arquivo apontada pela CONTRATANTE no meio magnético, a CONTRATADA deve manifestar-se no prazo de 48 horas, após o comunicado de inconsistência.
- f) cumprir rigorosamente as exigências da legislação tributária, fiscal, trabalhista, previdenciária, de seguro, higiene e segurança do trabalho, assumindo todos os encargos inerentes e respondendo integralmente pelos ônus resultantes das infrações cometidas;
- g) apresentar ao CONTRATANTE, sempre que este solicitar, as provas de regularidade de FGTS, INSS e MUNICIPAL atualizadas, comprovando estar em dia perante o Cadastro dos Fornecedores do Município ;
- h) responder por toda e qualquer diferença, a que der causa apurada em prejuízo do Município, ficando obrigado a recolher aos cofres públicos, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a referida importância, independente de notificação judicial ou extrajudicial;
- i) receber as guias dos tributos cujos vencimentos recaírem em dias que não houver expediente bancário, no primeiro dia útil subsequente, sem cobrança de quaisquer acréscimos na guia do contribuinte.
- j) Fornecer relatório contendo quantitativo de guias recebidas e disponibilizadas a CONTRATANTE para fins das providências contidas na Cláusula Segunda deste contrato.
- k) Transferir as receitas arrecadadas no prazo máximo de 1 (um) dia, contados do dia da arrecadação, para conta corrente de banco oficial a ser indicado pelo Município de Carmo do Paranaíba.

Parágrafo Primeiro: Na caracterização de diferença nos registros do movimento



Município de Carmo do Paranaíba
CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800-
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

arrecadado, caberá a CONTRATANTE o envio de cópia que originou a diferença, para verificação pela CONTRATADA e regularização se couber no prazo de 60 dias contados a partir da data da notificação.

Parágrafo Segundo: Decorridos 365 (trezentos sessenta e cinco) dias da data da prestação de contas da arrecadação, a CONTRATADA ficará desobrigada de prestar qualquer informação a respeito dos recolhimentos efetuados e de seus respectivos valores.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA não está autorizada a receber cheques de emissão do próprio cliente/usuário ou de terceiros, para quitação dos documentos objeto deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) providenciar a emissão e a remessa dos documentos de arrecadação aos clientes/usuários, não podendo em hipótese alguma se utilizar dos serviços da CONTRATADA para tal finalidade;
- b) padronizar em um único formulário todas as suas contas, tributos e demais receitas, para emissão dos documentos de arrecadação, permitindo, assim, a automação por parte da CONTRATADA, devendo comunicar sempre que haja qualquer alteração no seu formulário padrão de arrecadação;
- c) não utilizar o Documento de Crédito – DOC e/ou Bloqueto de Cobrança como documento de arrecadação, com trânsito pelo Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis;
- d) notificar à CONTRATADA, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento das informações, acerca de possíveis irregularidades apontadas nos arquivos de prestação de contas disponibilizados pela CONTRATADA;
- e) fornecer à CONTRATADA o número da conta junto à instituição financeira designada neste instrumento para centralização dos recursos.

Parágrafo único: A CONTRATANTE é responsável pelas declarações, cálculos, valores, multas, juros, correção monetária e outros elementos consignados nos documentos de arrecadação, devendo a CONTRATADA, tão somente, recusar o recebimento quando:

- a) o documento de arrecadação for impróprio;



Município de Carmo do Paranaíba
CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800-
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

- b) o documento de arrecadação contiver emendas, rasuras e/ou quaisquer impeditivos para leitura do código de barras; exceto com autorização expressa da contratante.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta da dotação orçamentária abaixo relacionada, do Orçamento Geral do Município, para o exercício de 2019, e, nos exercícios seguintes se for o caso, as despesas correrão a conta das dotações orçamentárias próprias, para atender as despesas da mesma natureza:

- **02.02.04.129.0403.2.0013.3.3.90.39 – ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS, fonte ordinária.**

CLAUSULA SÉTIMA – DA VIGENCIA

O presente Contrato vigorará pelo período de **12 (doze)** meses, podendo ser prorrogado por períodos subseqüentes, com anuência da CONTRATADA, desde que obedecidas às mesmas condições estipuladas no Instrumento Contratual, até o limite de 60 (sessenta) meses nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei Federal 8.666/93.

CLAUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O credenciado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessárias até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato.

CLAUSULA NONA - DA EXECUÇÃO

O total do produto de arrecadação diária será lançado em “Conta de Arrecadação”, conforme COSIF/BACEN, sendo repassado no 1º dia útil após a data do recebimento.

Parágrafo Primeiro: O repasse do total arrecadado será efetuado através de crédito em conta de livre movimentação da CONTRATANTE, nº 1-3 Agência 1900 da Caixa Econômica Federal S/A, de acordo com o prazo estabelecido no *caput* desta Cláusula.



Município de Carmo do Paranaíba
CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800-
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

Parágrafo Segundo: Os valores referentes aos repasses não efetuados no prazo contratado estão sujeitos a correção com base na variação da Taxa Referencial de Títulos Federais do dia útil seguinte ao previsto no *caput* desta Cláusula até o dia do efetivo repasse.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

Na hipótese de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pelo **CREDENCIADO**, poderão ser aplicadas as penalidades previstas pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislações pertinentes a matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer momento, por conveniência administrativa ou por iniciativa da CONTRATADA, desde que comunicado por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA VALIDADE E PUBLICAÇÃO

O presente contrato terá validade e eficácia depois de publicado, por extrato, em órgão de imprensa oficial, de conformidade com o disposto no parágrafo único, do art. 61, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo único - Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste contrato e de seus eventuais Termos Aditivos no órgão de imprensa oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer alteração na sistemática de prestação dos serviços ajustados neste Contrato dependerá de prévia concordância entre as partes, sendo realizada através de aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA CESSÃO



Município de Carmo do Paranaíba
CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800-
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

A CONTRATADA não poderá transferir ou ceder o objeto contratado, neste instrumento, a terceiros, salvo consentimento expresso da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE deverá exercer ampla fiscalização sobre os serviços contratados, por intermédio de prepostos seus, aos quais a CONTRATADA deverá facilitar o exercício de suas funções. **A gestão do contrato será realizada pelo servidor Henrique Almeida Souza, matrícula 4931. A fiscalização do contrato/serviços será realizada pela servidora Daiana Fernandes Mesquita, matrícula 3509.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS E DO FORO

Os casos omissos serão resolvidos, respeitada a legislação vigente, de comum acordo entre as partes que elegem o Foro da Comarca de Carmo do Paranaíba para dirimir as questões oriundas do presente contrato, o qual obriga, não só as signatárias, como também eventuais sucessores legais.

E, por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e identificadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Carmo do Paranaíba, de de

César Caetano de Almeida Filho
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

.....

.....



Município de Carmo do Paranaíba
CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800-
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

ANEXO VIII – VEDAÇÃO DO CONSÓRCIO

CREDENCIAMENTO Nº 002 /2019 INEXIGIBILIDADE 003/2019

OBJETO: CONTRATO PARA CREDENCIAMENTO DE BANCOS, INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, CORREIOS, LOTÉRICAS E CORRESPONDENTES BANCÁRIOS APTOS A PRESTAR SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, TAIS COMO: IPTU, ISSQN, ISS FIXO, DÍVIDA ATIVA E TAXAS DIVERSAS COM CÓDIGO DE BARRAS, EMITIDAS PELO MUNICÍPIO EM SEU FAVOR, POR QUALQUER MODALIDADE PELA QUAL SE PROCESSE O PAGAMENTO

Como se depreende do art. 33 da Lei nº 8.666/93 a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser admitida ou não, e tal decisão cabe única e exclusivamente ao órgão promotor da licitação, pois esse juízo de oportunidade e conveniência encontra-se em sua margem de discricionariedade. A Doutrina e jurisprudência são unânimes em assentar que a permissão de empresas participarem da licitação pública reunidas em consórcio recai na discricionariedade da Administração. Dispõe os Acórdãos do Tribunal de Contas da União:

Acórdão nº 1.240/2008 – TCU – Plenário:

“A regra, no procedimento licitatório, é a participação de empresas individualmente em disputa umas com as outras, permitindo-se a união de esforços quando questões de alta complexidade e de relevante vulto impeçam a participação isolada de empresas com condições de sozinhas, atenderem todos os requisitos de habilitação exigidos no edital, casos em que a participação em consórcio ampliaria o leque de concorrentes.”

Acórdão nº 2831/2012 – TCU – Plenário:

“A jurisprudência deste Tribunal já se firmou no sentido de que a admissão ou não de consórcio de empresas em licitações e contratações é competência discricionária do administrador, devendo este exercê-la sempre mediante justificativa fundamentada. Não obstante a participação de consórcio seja recomendada sempre que o objeto seja considerado de alta complexidade ou vulto, tal alternativa também não é obrigatória. Devem ser consideradas as circunstâncias concretas que indiquem se o objeto apresenta vulto ou complexidade que torne restrito o universo de possíveis licitantes. Somente nessa hipótese, fica o administrador obrigado a autorizar a participação de consórcio de empresas no certame, com o intuito precípuo de ampliar a competitividade e proporcionar a obtenção da proposta mais vantajosa.”

Ainda sobre o tema, o Prof. Marçal Justen Filho, assevera:



Município de Carmo do Paranaíba
CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800-
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

O ato convocatório admitirá ou não a participação de empresas em consórcio. Trata-se de escolha discricionária da Administração Pública, o que evidentemente não significa autorização para decisões arbitrárias ou imotivadas.

E assim conclui:

Admitir ou negar a participação de consórcios é o resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado em face do objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto.

O Processo em referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de arrecadação de tributos municipais, objeto este que se enquadra na típica definição de serviço comum, sem complexidade e de pequeno vulto, não se justificando a formação de consórcio.

Carmo do Paranaíba, 26 de junho de 2019.

César Caetano de Almeida Filho
Prefeito Municipal